

ACERCA DE “ALMAS PENADAS”: DEBATES SOBRE CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO SUPERIOR DE HISTÓRIA DA ARTE (1961-1978).

Danielle Rodrigues Amaro¹

Criado em 1950, durante a gestão do então prefeito do antigo Distrito Federal², o general Ângelo Mendes de Moraes (1894-1990), o Instituto de Belas Artes (IBA)³ objetivava o ensino das artes plásticas na cidade e tinha “como finalidade promover a educação popular, a formação de quadros profissionais, técnicos e desenvolver, pela difusão, a cultura em todos os seus aspectos, além de educar o gosto daqueles que manifestem apreciável vocação artística”.⁴ O IBA oferecia cursos gratuitos de Pintura, Escultura, Gravura, Artes da Prensa, Arte Decorativa, Arte Cenográfica e Cenografia.⁵ A primeira sede provisória do IBA, cuja inauguração deu-se em 18 de janeiro de 1951, foi a Escola Minas Gerais (localizada na Avenida Pasteur, nº433, Urca)⁶.

Na edição de 01 de abril de 1951 do Correio da Manhã, consta a matéria intitulada “Amplio movimento de educação estética”, que marcava de fato o início das atividades escolares⁷. Para ela, foi entrevistado o primeiro diretor do IBA, Henrique Sálvio (?-?), que justificava a importância da criação do Instituto pelo fato de oferecer o ensino de arte em nível intermediário. No Rio de Janeiro de então, segundo Sálvio, o ensino artístico era ministrado (em grau superior e de forma exclusiva) pela Escola Nacional de Belas Artes e (em nível elementar) por entidades como o Liceu de Artes e Ofícios e algumas agremiações particulares. Sem uma sede fixa, os cursos do

1 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Doutoranda em História Social. | Pinacoteca do Estado de São Paulo. Educadora e assistente de coordenação no Programa de Inclusão Sociocultural do Núcleo de Ação Educativa.

2 Após 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, o antigo Distrito Federal transforma-se em Estado da Guanabara. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, corresponde hoje ao município do Rio de Janeiro.

3 O Instituto de Belas Artes (IBA), dependendo da conjuntura, é também citado como Instituto Municipal de Belas Artes, Instituto de Belas Artes do Distrito Federal, Instituto de Belas Artes do Estado da Guanabara. Para o artigo, preferiu-se usar apenas o primeiro nome.

4 CORREIO DA MANHÃ. **Instituto Municipal de Belas Artes**. PRIMEIRO CADERNO, ANO L, Nº 17.564, P.2. Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de junho de 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&PagFis=3397>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

5 CORREIO DA MANHÃ. **Difundindo o ensino artístico na cidade**. SEGUNDO CADERNO, ANO L, Nº17.677, P.2. Rio de Janeiro, domingo, 29 de outubro de 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&PagFis=5982>. Acesso em: 21 de abril de 1950.

6 Pela forma como foi veiculado na imprensa, acredita-se que a Escola Minas Gerais tenha sido uma espécie de sede provisória para contemplar questões de ordem administrativa (como, por exemplo, inscrições de alunos).

7 CORREIO DA MANHÃ. **Amplio movimento de educação estética**. TERCEIRO CADERNO, ANO L, Nº17.802, P.16. Rio de Janeiro, domingo, 1 de abril de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&PagFis=8577>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

IBA aconteciam em vários pontos da cidade, o que segundo o diretor da instituição os tornavam mais acessíveis, evitando que os alunos realizassem longos deslocamentos para comparecerem às aulas.⁸ Ainda nas palavras de Sálvio, o projeto de “educação estética” do IBA era um projeto social e cultural nos moldes europeus, que pretendia substituir o grotesco e o tórrido pela sobriedade, pelo bom gosto, pelo ameno. Em suma: daria ao Brasil a “oportunidade para robustecer sua civilização”⁹. Além dos cursos gratuitos em práticas artísticas específicas, o IBA promovia cursos de História da Arte para os alunos da instituição e para outros interessados. De modo geral, o levantamento de edições de jornais da época aponta que as ações do IBA foram efusivamente elogiadas na ocasião de sua inauguração.

Em final de outubro de 1954, o então diretor do IBA Flávio D’Aquino (1919-1987) é designado pelo prefeito, juntamente com o historiador da arte Carlos Otávio Flexa Ribeiro (1914-1991) e o escultor Hildegardo Leão Veloso (1899-1966), para compor a comissão incumbida de rever a regulamentação do Instituto Municipal de Belas Artes¹⁰. A comissão estaria sob a presidência de Murilo Almeida dos Reis, diretor do Departamento de Educação de Adultos¹¹. Há ainda alguns hiatos no levantamento de fontes. No entanto, é provável que esse processo tenha culminado na criação oficial do Instituto de Belas Artes pela Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal por meio do Artigo nº294 da Lei nº899 de 28 de novembro de 1957. Em parágrafo único, indica-se que o Regulamento deverá ser submetido num prazo de 30 dias após a aprovação da citada lei pelo Secretário Geral de Educação e Cultura ao Prefeito. Em maio de 1962, nova comissão é constituída pelo agora Secretário de Educação, Flexa Ribeiro, que designou os professores

8 Salienta-se que esse discurso não se sustentará por muito tempo. A ausência de uma sede permanente para o IBA será discussão em pauta nos anos posteriores à sua criação, mas que infelizmente não será possível discuti-la neste artigo. No entanto, sinaliza-se que antes de ser definitivamente instalado no Jardim Botânico (onde hoje funciona a Escola de Artes Visuais do Parque Lage, como será visto mais adiante), o IBA teve como sede provisória o edifício da antiga boate Casablanca, localizada na Praia Vermelha.

9 REVISTA DA SEMANA. **Formando Artistas**. A SEMANA EM REVISTA. ANO LI, Nº31, P.12. Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_05&PagFis=6315>. Acesso em: 03 de março de 2014.

10 Uma curiosidade: ambos eram professores do IBA. Hildegardo Leão Veloso viria a ser tornar diretor da instituição (1955-1960), substituindo Flávio D’Aquino. Já Carlos Otávio Flexa Ribeiro foi nomeado secretário da Educação e Cultura (função que exerceu de 1961 até 1965) pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1914-1977), cuja gestão deu-se entre 1960 e 1965.

11 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Secretaria Geral de Educação e Cultura**. SEGUNDA SEÇÃO, ANO XXV, Nº 9.840, P.5. Rio de Janeiro, quarta-feira, 1º de dezembro de 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&PagFis=36972>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

Lamartine Oberg (1918-2003)¹², Flávio D'Aquino e Wladimir Alves de Souza (1908-1994) para “elaborar o plano de reestruturação do ensino no Instituto de Belas Artes”¹³. Enfim, no Decreto nº1.526 de 12 de fevereiro de 1963 é aprovado o novo Regulamento do IBA, que revogava “as disposições anteriores relativas ao Instituto de Belas Artes” e tinha como objetivo a reestruturação do ensino da instituição. Pelo mesmo regulamento, é criado oficialmente o primeiro Curso Superior de História da Arte (ao menos, de acordo com os documentos e artigos pesquisados até o momento), ministrado em nível superior, destinado à formação de professores de História da Arte (Artigo 8º), sendo conferido ao aluno que concluísse o curso um diploma (Artigo 17º). Por fim, no Artigo 33º, aponta-se que a Secretaria de Educação e Cultura tomaria “as providências necessárias ao reconhecimento do curso (...), através dos órgãos competentes”.

O Golpe Militar de 1964 impôs uma série de mudanças à legislação brasileira sobre educação (algumas, inegavelmente, já há muito tempo ansiadas, como a Reforma Universitária de 1968), o que conferiu novo perfil aos cursos superiores oferecidos na época e tornou inevitável uma revisão do Curso Superior de História da Arte oferecido pelo IBA. No entanto, acredita-se que a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro no ano de 1975 e, principalmente, suas consequentes mudanças estruturais é que tenham gerado uma crise sem precedentes em sua estrutura, vindo quase a ocasionar sua extinção. Em 1975, a convite de Paulo Affonso Grisolli (1934-2004), Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro entre 1975 e 1979, Rubens Gerchman (1942-2008) assume a diretoria do IBA. Sua gestão marca a extinção do IBA e a fundação da Escola de Artes Visuais, a qual funciona até os dias de hoje. A mudança não foi apenas no nome, mas também no novo caráter da instituição. O próprio Gerchman, em depoimento sobre sua atuação à frente da EAV, esclarece o significado que isso tinha para ele e para Grisolli:

Então nós pensamos primeiro que o que a gente tinha que mudar era o nome da escola. De Instituto passou a ser Escola. De Belas Artes, que era uma coisa que continha ranços do passado, inclusive lembrando a antiga Escola de Belas Artes, da qual fui aluno. Então, eu e Paulo Grisolli, que era Diretor do Departamento de Cultura, resolvemos mudar para Artes Visuais, um nome mais contemporâneo.¹⁴

12 Na época, diretor do IBA, cuja gestão deu-se entre 1961 e 1963.

13 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Reestruturação do Ensino de Arte no Estado**. QUINTA SEÇÃO, ANO XXXII, Nº12.107, P.5. Rio de Janeiro, domingo, 06 de maio de 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&PagFis=21055>. Acesso em: 04 de março de 2014.

14 Em 08 de agosto de 2014, foi inaugurada na Casa Daros (Rio de Janeiro, RJ) a mostra “Rubens Gerchman: com a demissão no bolso” realizada em parceria com o Instituto Rubens Gerchman (Rio de Janeiro, RJ). Segundo informações disponíveis no site da Casa Daros, “a mostra traz um levantamento histórico sobre o pensamento pedagógico do artista Rubens Gerchman e sua contribuição para o ensino da arte no país como

Apesar do IBA se caracterizar como escola de cursos livres, seu projeto de ensino afinava-se com o ensino artístico acadêmico. O novo diretor revela em seu depoimento que essa não seria uma opção em sua gestão. Ao contrário do estrito termo “Belas Artes”, Gerchman e Grisolli optaram pelo uso de “Artes Visuais” para renomear a instituição, o qual aponta para uma diversidade sem fim de fenômenos artísticos. Deve-se lembrar que, quando assumiu a direção da instituição, Rubens Gerchman já gozava de certo prestígio no meio artístico: além de ter a obra comentada por Mário Pedrosa (1900-1981), participou de mostras coletivas como “Opinião 65” (1965), “Opinião 66” (1966) e “Nova Objetividade Brasileira” (1967), realizadas no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; foi premiado, em 1967, pelo Salão Nacional de Arte Moderna, que viabilizou sua mudança para Nova York, onde permaneceu até 1972, participando à distância da articulação contra a Bienal de 1969, a “Bienal do Boicote”. Nesse sentido, o termo “Artes Visuais” denota uma compreensão mais coerente, inclusive com a produção do artista-diretor.

De todas as modificações propostas por Gerchman, ganhou destaque na época a ameaça à existência do Curso Superior de História da Arte. Segundo o novo diretor, a disciplina História da Arte não seria eliminada do currículo dos cursos de formação artística. No entanto, a respeito da sobrevivência do curso superior a diretoria é taxativa:

O que termina é o curso superior dessa matéria, um antigo engodo em que os alunos infelizmente entravam. Não há oficialização, diploma ou qualquer continuidade no curso atual, para justificar sua manutenção. Os alunos matriculados vão poder concluir seu curso, mas não haverá novas matrículas. O que fizemos foi suprimir algo que, do ponto-de-vista cultural, já não existia.¹⁵

A argumentação é dura e direta: não haveria condições favoráveis que justificassem a continuidade do curso. Por outro lado, a postura da diretoria da Escola pode ser lida também como uma resposta-protesto à situação não-oficial na qual se encontrava o curso há mais de uma década.

diretor da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (1975-1979)” [disponível em: <http://www.casadaros.net/index_rio.php?q=1614>, acesso em 12 de agosto de 2014]. O depoimento de Gerchman aqui transcrito, gravado poucos meses antes de sua morte em 29 de janeiro de 2008, encontra-se disponível em trecho de documentário (que, na íntegra, compõe a mostra), vinculado em notícia sobre o evento publicada na seção Cultura do jornal O Globo *on line*. A mostra estará em exibição até o dia 08 de fevereiro de 2015.

RUBIN, Nani. **Exposição faz tributo à passagem de Rubens Gerchman pelo Parque Lage**. Publicado em 09 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/exposicao-faz-tributo-passagem-de-rubens-gerchman-pelo-parque-lage-13539278>>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

15 SILVEIRA, Emília. **História da Arte, sim ou não?**. JORNAL DO BRASIL, CADERNO B, ANO LXXV, Nº241, P.10. Rio de Janeiro, sexta-feira, 05 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=132353>. Acesso em: 09 de março de 2014.

Entre 1963 e 1975, 122 alunos o haviam concluído sob a promessa inconcretizável de atuarem no magistério, já que o curso nunca foi reconhecido oficialmente (e, por isso, nunca emitiu diplomas de conclusão) enquanto participou da estrutura do IBA e, posteriormente, da EAV. “Entre o sonho e a realidade vamos tentando por em prática o que é possível”, afirmava Gerchman. A renovação da instituição ao tornar-se Escola de Artes Visuais (oferecendo cursos livres, sem a exigência de pré-requisitos ou exames de admissão e sem a concessão de diplomas) aliada à fragilidade institucional do curso e de sua não-existência “do ponto de vista cultural”, deu início a um debate decisivo acerca do futuro do Curso Superior de História da Arte e que se desdobrou pelos anos seguintes.

A questão conquistou espaço até em crônica assinada por Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) intitulada “Diálogo no Parque”, publicada no Jornal do Brasil de 09 de março de 1976. Nele, o autor descreve o encontro com uma “alma-penada”: “um jovem de 20 anos, boa pinta, nada espectral e (...) candidato a matrícula em curso inexistente”. O diálogo começa com uma interrogação curiosa ao jovem: “se o curso não existe, como é que você queria matricular-se nele?” Por conseguinte, assim responde a “alma-penada”:

- Havia no Parque um Instituto de Belas-Artes, funcionando normalmente. Esse nome ficou demodé. Ninguém mais quer achar bela alguma coisa sobre a Terra, né? Belo é careta. Então as artes, de tempos a esta parte, passaram de belas a simplesmente visuais. Por enquanto são visuais. Amanhã serão palatais, intestinais, sei lá. Então o Instituto virou Escola de Artes Visuais, pelo processo geral de fusão, que manda fundir gregos e goianos. Um de seus cursos, aquele com que eu sonho, era o de História da arte. De quatro anos, para formação de professores da matéria. Este ano fui correndo me inscrever, mas quem disse? Não tinha matrícula. Quando abre? Não abre. Me explicaram que quem vinha fazendo o curso, no ano passado, continuará a fazer, mas tem de mudar-se para deus-me-livre, sem biblioteca e material pedagógico especializado, que ficarão no Parque. Engraçado, né? E quem não começou... desista. Então o curso foi extinto? Não. Apenas não se pode cursá-lo. Agora capisca?

- Acho que sim. (...) A questão é mais profunda, e prende-se a um conceito geral de vida, que está lavrando mundo afora. A palavra da moda é questionar, não na acepção de debater para esclarecer, mas na de pôr em dúvida, e finalmente, negar. Todos os valores, já não digo morais, que são contingentes por natureza, mas os intelectuais, que se baseiam no conhecimento, na cultura e no senso-comum, são questionados, isto é, varridos da circulação. Varre-se tudo, em favor de nada. A vida perde o sentido, ou os múltiplos sentidos que lhe quisermos ou soubermos dar. Resta a anulação da sensibilidade e da consciência estética, até prática, o não pelo não, o sem sentido.

Proibido o uso do gosto. Ausência de gosto e mau-gosto se unificaram. Com esse estado de espírito generalizado, a arte vira artiararte e, por último, coisa nenhuma. Ora, não havendo arte, você queria estudar história da arte? [grifos nosso].¹⁶

A crônica de Drummond sintetiza os embates travados na transição de IBA para EAV. Começa tratando da situação de inexistência oficial do Curso Superior de História da Arte, mas não se atém apenas a ela. Ao contrário, preciosa para esta discussão é a parte do texto no qual trata da mudança da abordagem artístico-pedagógica da instituição, mais uma vez retomando o problema dos nomes e das compreensões acerca da arte que sintetizam.

Dias depois, Grisolli, diretor do Departamento de Cultura e, como já apontado, responsável pelo convite feito à Gerchman para ocupar tal cargo, enviou carta à coluna de Drummond, que foi publicada em 13 de março de 1976 com o título “Volta a alma-penada”¹⁷, com a qual pretendia esclarecer a real situação do Curso Superior de História da Arte. Em primeiro lugar, enfatiza a situação “anormal” do curso, formando historiadores da arte portadores de diploma sem valor e a recusa de abrir novas seleções até que a situação se regularizasse. Afirma que foi encaminhado um memorial ao Conselho Estadual de Educação solicitando providências para o reconhecimento do curso (inclusive com validação retroativa de diplomas já expedidos), mas alerta: “provavelmente deverá mudar de nome, posto que já há um parecer conselheiral ponderado que **a História da Arte não pode ser um curso, mas tão somente uma disciplina** [grifo nosso]...” Além disso, prevê a necessidade de transferência do mesmo para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, antiga Universidade do Estado da Guanabara - UEG), considerando a impossibilidade da EAV manter legalmente um curso com esse perfil.

Há ainda algumas lacunas nos documentos levantados até o momento entre os anos 1976 e 1978. Tendo em vista o prognóstico de Grisolli e Processo UERJ 605/DAA/1980 (Arquivo DEP/SR1), é provável que, para o seu reconhecimento, a transferência do curso para a UERJ tenha sido realmente incontornável, assim como sua renomeação. Não mais se chamaria “Curso Superior de História da Arte”, mas “Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em História da

16 ANDRADE, Carlos Drummond de. **Diálogo no Parque**. JORNAL DO BRASIL, CADERNO B, ANO LXXXV, Nº332, P.5. Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de março de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&PagFis=136615>. Acesso em: 08 de agosto de 2014.

17 ANDRADE, Carlos Drummond de. **Volta a Alma-Penada**. JORNAL DO BRASIL, CADERNO B, ANO LXXXV, Nº336, P.5. Rio de Janeiro, sábado, 13 de março de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&PagFis=136789>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

Arte, nos termos da Resolução nº23, de 23 de outubro de 1973, do Conselho Federal de Educação”. De acordo com informações disponíveis no mesmo processo, teria sido “constituído pela Portaria nº239, de 26 de julho de 1977 (UERJ), Grupo de Trabalho sob a coordenação da Professora Heloisa Maria Cardoso da Silva, diretora da Faculdade de Educação da UERJ”, com o objetivo de realizar “estudos para caracterizar a situação do Curso de História da Arte, atendendo ao estipulado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa para a criação e implementação de curso de nível superior”. Quase três meses depois, em 05 de outubro, o Grupo enviou relatório à reitoria, no qual “concluiu pela necessidade de criação do Curso (...)” (Processo UERJ 605/DAA/1980, fl.6). Em 05 de janeiro de 1978 é celebrado convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro e a UERJ que tinha como objetivo (de acordo com texto do próprio convênio) “a supervisão e a complementação pedagógica do Curso de Licenciatura em História da Arte” (Processo UERJ 605/DAA/1980, fl.33), que ficariam sob a responsabilidade da Faculdade de Educação da respectiva Universidade até 31 de dezembro de 1979 “a menos que, antes, o respectivo Curso venha a ser absorvido pelo plano de expansão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro” (Processo UERJ 605/DAA/1980, fl.35) – o que (acredita-se) acabou ocorrendo, tendo em vista que o curso ali permaneceu. Assim, a coordenação das disciplinas pedagógicas ficou inicialmente a cargo da Professora Sol Garson Passi; e o Professor Alcídio Mafra (que, a saber, foi diretor do IBA entre 1964 e 1965) pela coordenação da parte referente ao conteúdo artístico. O Convênio também previa a resolução do problema do reconhecimento dos já formados. Acredita-se que a escolha da UERJ para ser responsável pelo curso pode ter acontecido em virtude tanto do fato desta ser uma instituição de ensino superior de administração estadual, como também pelo Decreto “N” Nº48 de 18 de janeiro de 1963, o qual transferia à (naquela época) Universidade do Estado da Guanabara, na qualidade de instituição complementar, o Instituto de Belas Artes. Essa é uma questão ainda em investigação, carecendo de fontes que possam adensar a discussão.

Percebe-se que o novo projeto de ensino que se estabelece com a extinção do Instituto de Belas Artes e a fundação da Escola de Artes Visuais se relaciona com uma posição mais afinada com a produção artística contemporânea. Havia assim um choque entre gerações, entre compreensões divergentes a respeito do que era arte e, por consequência, do ensino artístico que seria oferecido pela instituição. Era uma disputa pela permanência ou substituição de um projeto artístico, mas

também social que tinha raízes profundas cultivadas desde a criação do IBA e que encontraram seu apogeu na implantação do Curso Superior de História da Arte. O fim da História da Arte seria o símbolo maior da sobreposição do novo modelo sobre o antigo. Se outrora, a História da Arte era meio para lançar o Brasil a um futuro próspero; na década de 1970, ela está ligada intimamente a uma tradição indesejada.

No entanto, um aspecto é importante que seja observado: apesar da situação de vulnerabilidade que o curso de alguma forma sempre enfrentou na estrutura do IBA/EAV, em contrapartida, ela também o protegeu. Mesmo em meio a adversidades, foi ali que encontrou terreno para desenvolver-se, para resistir. Afinal, parece-nos curioso que tenha se mantido tanto tempo, sem que algo similar fosse criado em uma instituição de ensino superior. E mais: ao ser incorporado à UERJ, prontamente tem seu nome logo alterado para “Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em História da Arte”, explicitando uma concepção de que a História da Arte é apenas uma disciplina e não um campo de investigação específico.

Os debates sobre a criação e regulamentação do primeiro Curso Superior de História da Arte ainda hoje vagam entre nós como “almas-penadas”. Revisitá-las e deixá-las falar é compreender, em certa medida, o lugar da História da Arte no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 899, Artigo nº 294, de 28 de novembro de 1957, Distrito Federal. **LEX** Coletânea de Legislação. ANO XXI, 1957. Legislação do Distrito Federal. São Paulo: LEX Ltda. Editora. p.170.
- BRASIL. Decreto “N” nº 48, de 18 de janeiro de 1963, Estado da Guanabara. **LEX** Coletânea de Legislação. Ano XXVII, 1963. Legislação do Distrito Federal e do Estado da Guanabara. São Paulo: LEX Ltda. Editora. pp.258-259.
- BRASIL. Decreto nº 1.526, de 12 de fevereiro de 1963, Estado da Guanabara. **LEX** Coletânea de Legislação. Ano XXVII, 1963. Legislação do Distrito Federal e do Estado da Guanabara. São Paulo: LEX Ltda. Editora. pp.60-64
- CONDURU, Roberto. **Do silêncio à marginalização: arte e África, IBA e UERJ**. In: RIBEIRO, Marília Andrés; RIBEIRO, Maria Izabel Branco. Anais do XXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. pp.149-156. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/colóquios/2006/pdf/19_XXVICBHA_Roberto%20Conduru.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Arquivo do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica da Sub-Reitoria de Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DEP / SR-1 / UERJ).

Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Fundação Biblioteca Nacional. [acervo *online*]